



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

PROC. Nº 177/15

FOLHA Nº 02

**ASSUNTO: REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 17 DE SETEMBRO (QUINTA FEIRA) ÀS 19H00 NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DISCUSSÃO SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05 DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.**

**DESPACHO** APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

**SALA DAS SESSÕES 24/08/2015**

  
**PRESIDENTE DA MESA**

**350**  
REQUERIMENTO Nº DE 2015

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

**CONSIDERANDO** a importância do tema em epígrafe, e que se faz necessária a discussão com todos cidadãos Mogimirianos.

Requeiro à Mesa, na forma regimental de estilo, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao EXMO SENHOR LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, DD PREFEITO MUNICIPAL, bem como a Senhora BEATRIZ GARDINALLI, DD SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA para que os mesmos participem da audiência Pública marcada para o dia **17 de Setembro** (quinta-feira) às **19h00**, no Plenário da Câmara Municipal, para discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 05 de 2015, que dispõe sobre o "Plano Diretor do Município".

**SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", 20 de agosto de 2015.**

  
**PRESIDENTE "JOÃO ANTONIO PIRES GONÇALVES"**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

PROC. Nº 171/15

FOLHA Nº 030

Ofício CM/GP 226/2015

Em 25 de agosto de 2015

Excelentíssimo Senhor

**LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP**

Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

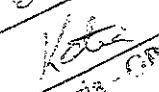
Encaminho a Vossa Excelência, cópia dos **REQUERIMENTOS N°s 339, 340, 343, 345, 347 ao 350**, de 2015, e das **INDICAÇÕES N°s 346 à 360**, de 2015, aprovados em Sessão Ordinária realizada em 24 de agosto de 2015.

Atenciosamente,

  
**JOÃO ANTÔNIO PIRES GONÇALVES**

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim

RECEBIDO EM.  
28/08/15

  
Secretaria - GP.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

PROC. Nº 171 175

FOLHA Nº 040

Of. CM/GP 232/2015

Em 25 de agosto de 2015

Senhora

**BEATRIZ GARDINALLI**

**Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana**

Prezada Secretária,

Encaminho a Vossa Senhoria, cópia do **REQUERIMENTO Nº 350/2015**, de minha autoria, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 24 de agosto de 2015.

Atenciosamente,

  
**JOÃO ANTÔNIO PIRES GONÇALVES**

**Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim**



PROC. Nº 171/15

FOLHA Nº 05 *W*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**CONVITE**

Nos termos do Art. 225, IV, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 350, de 2015, de minha autoria, fica convidada a população de Mogi Mirim, para participar de Audiência Pública, para discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, que dispõe sobre o “Plano Diretor do Município”.

Dia: - 17 de setembro de 2015 – quinta-feira

Horário: 19 horas

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 26 de agosto de 2015.

  
**VEREADOR JOÃO ANTONIO PIRES GONÇALVES**  
Presidente da Câmara




# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 - Fone (19) 3814-1200 - Fax (19) 3814-1224 - Mogi Mirim - SP  
ESTADO DE SÃO PAULO

PROC. Nº 17115

FOLHA Nº 06

JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM - 29 DE AGOSTO DE 2015

 CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
<p align="center"><b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b></p> <p align="center"><b>CONVITE</b></p> <p>Nos termos do Art. 225, IV, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 350, de 2015, de minha autoria, fica convidada a população de Mogi Mirim, para participar de Audiência Pública, para discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, que dispõe sobre o "Plano Diretor do Município".</p> <p align="center">Dia: - 17 de setembro de 2015 - quinta-feira Horário: 19 horas Local: Plenário da Câmara Municipal</p> <p align="center">Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 26 de agosto de 2015.</p> <p align="center"><b>VEREADOR JOÃO ANTÔNIO PIRES GONÇALVES</b> Presidente da Câmara</p>

PROC. Nº 171115FOLHA Nº 07

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

Entrega de documentos em 31/08/2015

SAAE – Ofs 227 e 228/15 Braz valdin maneraViação Santa Cruz-Ofs. 229 e 230/15 Lucy L. Lima 02/09/15MOGILIX-Of. 231/15 [Signature]Secret. Planej. E Mobilidade Urbana-Of. 232/15 data 31/08/15Família de Ercília Queiroz-Of. 233/15 entregue na caixa do e-mailLuiz Filipe. G. Manara-Of. 234/15 Glória Helena GuimarãesLucy L.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

Estado de São Paulo

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO  
REQUERIMENTOS Nº 350/2015, PARA DISCUSSÃO DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 2015, QUE  
DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE  
MOGI MIRIM.**

No dia 17 de setembro de 2015, às 19 horas, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli" da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2015, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Mogi Mirim, objeto do Requerimento nº 350/2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, Presidente da Câmara, aprovado na sessão ordinárias de 24 de agosto de 2015. O processo foi autuado sob nº 171/2015 e o convite à população se deu através de publicação no Jornal Oficial de Mogi Mirim, edição de 29 de agosto de 2015, em atendimento ao constante no Artigo 225, IV, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente). Deu-se ainda, o envio de convite aos segmentos de classe e à imprensa. Abertos os trabalhos, eis que se encontravam presentes:

**NOME****RG**

Felipe Vaz de Sousa	44.822.563-3
JOÃO ANTONIO P. GONCALVES	16573103
Clodomir José de Silva Tavares	16.102.777-5
WIZ ANTONIO GUARNIERI	11.667.336
Maurício Helena Sueli de Jesus	7.856.378
Dayane Amaro Costa	47.947.814-0
André Luiz Lopes Theodoro	19707517
ROGER CASTELLETI MARTINS	47754207-4



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Lima	RG 3347939-2
Manoel Pelamini	RG 32535.315-3
Giule Anelmo	RG 34.442.693-2
Antônio Paulo Ramalho Zafreiros	RG 18.081.288-9
Paulo Roberto Antônio	RG 12434.858
Rogério Elcio Manera	RG 21495371-3
Robertinho TAVARES	RG 30.718.808-5
OSUALDO APARECIDO QUAGLIO	RG 14.640.038-0
WELTON BONIN	RG: 23.748.123-6
ALEX SANDRO SILVA DA COSTA	RG 32903141-7
Daniela Ribeiro da Silva	RG 28061996-0
Alexandre Santos	RG 17768032-2
Paula Maguini	RG: 32.902.915-0
Giovanna Lara S. Jonuário	RG 53622063-3
Luciana Maria de Nascimento Saldanha	RG: 33.863.083-9
Misela Alexandre Silva	RG: 40.929.139-0
Pedro Henrique Lourenço Marin	RG 57.687.714-X
Ruan Fernando Alves da Silva	RG: 47.111.632-8
Daniela Cristina Romão	RG-48323-740-2
Rafael de Menezes Silva	RG 21.984.116-0
Adilson Martins da Silva Junior	RG 23.380.416-X
Caroline Vireu Candiani	RG. 32.126.802-7
Renata Ap. Gonçalves	RG. 43.232535-9.
Carla Mazafine	



Aberta a audiência, pelo Vereador proponente, João Antônio Pires Gonçalves, este compôs a mesa de trabalho, com a presença da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e a Secretária Planejamento, Beatriz Gardinalli, e agradeceu as presenças dos Vereadores Dayane Amaro, Luiz Guarnieri, Luís Roberto, Manoel Palomino, Osvaldo Quaglio, arquiteto Roberto Lima, delegados do Plano Diretor, professora Gleice e alunos do curso de Meio Ambiente da ETEC Pedro Ferreira Alves, e munícipes, em geral. Iniciou o Vereador João, esclarecendo a todos, que o plano continha trinta e oito emendas, acreditando que mais emendas seriam apostas à peça. Informou que o projeto havia ingressado na Câmara em 05/06/2015; que seu trâmite completaria noventa e um dias, em 30/09/2015; que a peça deveria ser apreciada, no máximo, em noventa dias, por força de lei; que a última data possível seria na sessão do dia 28 de setembro, em dois turnos, com uma sessão extraordinária, nesse mesmo dia, e que, o trâmite do projeto não poderia se estender até a sessão do dia 05 de outubro vindouro. Todavia, o vereador acreditava fosse tempo suficiente para apresentar emendas e pediu aos interessados, que as apresentassem, encaminhando-as. Ele lamentou a ausência dos técnicos convidados, Arquiteto Hélivio Guatelli, ecóloga Noemi Valpassos Viana e o arquiteto Mário Marangoni, porque eram, justamente, as pessoas que estavam pressionando a Câmara, pois desejavam emendar o plano diretor e o modificar, e passou a palavra à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta explicou que os técnicos não os haviam procurado, não os estavam pressionando, mas os vereadores, por unanimidade, tinham aprovado requerimento, solicitando aos técnicos mencionados, que os assessorassem e, assim, eles tinham se disposto, pois eram grandes conhecedores da matéria. Aclarou que os técnicos haviam guiado um estudo prévio, de tudo o que estava acontecendo, e leu algo do relatório assinado pelo arquiteto Hélivio, datado de 17/09/2015, com suas contribuições ao plano. Prosseguindo, ela passou a uma análise do projeto, falou de pontos de inconstitucionalidades no texto de revisão do plano diretor, especificando o Artigo 128, que poderia impedir o cidadão, na zona rural, de construir, em seu próprio terreno, o que feria a CF/88, e propôs substitutivo ao plano, ao invés de emendas, pois as inconstitucionalidades eram gritantes. Tomou a palavra a Secretária de Planejamento, Beatriz Guardinalli, e explicou que a elaboração o plano havia obedecido o trâmite imposto pelo Ministério das Cidades, disse que a intenção da audiência era propor novas emendas e esclarecer. Afirmou que não era o momento de entrar em cunho político e respondeu que o Artigo 128, apontado como inconstitucional, já existia no plano anterior e que, se ele fosse inconstitucional, de fato, o erro existia há muito tempo. Lembrou que, se o Procurador da Câmara entendesse por bem

modificá-lo, que a Casa era livre para isso, e que, se existissem questionamentos técnicos, ela e sua equipe estavam aptos para responder. O Vereador João retomou a palavra e explicou, que oito audiências públicas já haviam sido realizadas, nos quadrantes do município, que os questionamentos, trazidos pelo arquiteto Hélyvio Guatelli, não tinham surgido em nenhuma dessas audiências, mas apenas agora, depois de duas reuniões, feitas na Câmara, com os três técnicos, e aclarou que, há tempos, a Secretaria de Planejamento estava pedindo as novas emendas, para sua análise técnica, Frisou que os apontamentos dos técnicos deveriam ter sido apresentados antes, lembrando do prazo de trâmite da peça, onze dias até sua votação, em segundo turno. O Vereador João sugeriu coletar todas as anotações, dos técnicos, e as remeter para a Secretaria de Planejamento. A Vereadora Dayane sugeriu que os apontamentos fossem entregues aos dezessete vereadores, independentemente, do recebimento só ter se dado na data. A Vereadora Maria Helena retomou a palavra e registrou que o arquiteto Hélyvio Guatelli estava pagando a impressão dos novos mapas, às próprias expensas; que ele havia feito a revisão, como um todo, e a profissionalizara; que os apontamento revelavam falhas grosseiras; que ele iria entregar à Câmara, uma “coisa decente”, pronta para a análise, que, em mãos, no momento, ela só tinha um resumo de todos os apontamentos – sistema viário, pelo arquiteto Mário Marangoni, ecologia, pela ecóloga Noemi Valpassos, e exame geral da peça, por Hélyvio Gatelli – e que, a sugestão era apresentar um substitutivo. Como existiam vereadores ausentes à audiência e a Vereadora Maria Helena possuía apenas um resumo dos apontamentos, que chegara à Casa apenas às 16h30, o Vereador João sugeriu fosse dada cópia dos apontamentos a cada vereador, para dez dias de estudo e para emendas. A Secretária Beatriz disse que ela e sua equipe técnica tinham comparecido à audiência, com a intenção de esclarecer e estavam abertos às emendas, mas que o projeto já havia sido remetido à Câmara, cabendo ao Poder Legislativo emendá-lo, ou apresentar o substitutivo, haja vista que um grupo de pessoas poderia ter outros interesses e propor outro plano, diferente do apresentado pelo Executivo. Ressaltou que sua equipe havia coletado todas as propostas da população, nas várias audiências, e havia dado respostas técnicas, em todas as audiências públicas, votando, enfim, o texto final, agora encaminhado à Câmara, que as contribuições dos técnicos poderiam ser apresentadas e propostas, através de emendas dos vereadores, no decurso dos dez dias, mas era contra ‘jogar fora o projeto’. Lembrou que existiam muitas pessoas esperando pelo plano, apresentado ano passado, depois retirado, reestudado, num longo tempo de estudo, e estava na Câmara, finalmente, para votação. A Vereadora Maria Helena colocou que a Secretária fazia

insinuações contra o arquiteto Hêlvio, que era também proprietário de terras, de áreas razoáveis na cidade, e tinha interesse imediato na matéria. O Vereador Osvaldo usou da palavra e sugeriu apresentar emendas, ao projeto original, e apresentar também o substitutivo, para segurança, no caso de uma rejeição do substitutivo. O Vereador Luiz Guarnieri questionou o porquê entregar emendas a todos os vereadores, no que lhe foi respondido, pelo Vereador João, que os presentes não podiam julgar a ausência dos demais e nem compreender, de fato, se tudo o que arquiteto Hêlvio havia apontado estava correto, bem como esclareceu que poderiam existir apontamentos, os quais nenhum vereador se interessaria em tornar emenda. Novamente, sugeriu distribuir cópia dos apontamentos a todos os edis, para que os estudassem e os aplicassem no projeto. A Secretária Beatriz esclareceu como tinham sido executadas as audiências e como tinham sido votadas as propostas dos delegados, nas audiências, e aclarou que o processo tinha sido participativo. A Vereadora Dayane afirmou que cabia à Câmara elaborar o substitutivo sugerido. O cidadão Paulo Tristão colocou que suas sugestões já haviam sido incorporadas ao plano. O delegado André criticou a empresa que havia elaborado o plano, porque não tinha observado os erros, que o arquiteto Hêlvio apontara, e disse que os vereadores não tinham estudado as propostas dos delegados. A Vereadora Maria Helena prosseguiu elencando a inconstitucionalidade do projeto, citando os Artigos 141 – ZEIAS 03, e 46, destacando que ninguém observara a prevenção dos vazios urbanos. O Vereador Luiz questionou por que aumentar tanto o perímetro urbano? A Secretária Beatriz mostrou mapa e explicou que a área rural só poderia ser loteada, se se tornasse urbana, abrindo o perímetro e que, isto, não queria dizer que ele devesse ser ocupado, mas ressaltou a necessidade de mais áreas incorporadas, incentivando empreendimentos dos proprietários dessas áreas, para favorecer conexão, por exemplo, entre a Avenida Adib Chaib e o Jardim Planalto. Ela explicou toda a ampliação do perímetro, com o mapa, e, para concluir, o Vereador João resumiu, dizendo que cópias dos apontamentos seriam distribuídas aos vereadores, para estudo e apresentação de emendas, em dez dias e, nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos, encerrou a audiência às 20h41, e determinou a lavratura da presente ata.